

Reestruturação produtiva e movimento sindical – reflexões para uma prática de esquerda

Zulene Muniz Barbosa*

Resumo:

No presente artigo analiso os efeitos políticos e ideológicos da reestruturação produtiva do capital sobre o novo sindicalismo brasileiro, apontando o que considero ser alguns dos desafios para uma prática sindical de esquerda no atual contexto da mundialização do capital.

Introdução

O mundo contemporâneo experimentou nas décadas recentes um conjunto de transformações, sob o impacto de uma crise estrutural, definida por Mandel (1990) como global e de longa duração. Uma crise clássica de superprodução, que se caracterizou por uma recessão generalizada, que golpeou, simultaneamente, todas as grandes potências imperialistas. Em 1973/1974 os elementos que conformaram a especificidade desta crise, se acumularam em todos os países desenvolvidos, como resultado da própria lógica expansionista do capitalismo do pós guerra. Segundo Mandel (1990) esta expansão acelerada resultava da super exploração da classe operária, o que levou a uma acumulação ampla de capitais. A terceira revolução tecnológica que foi propiciada, também, por este ciclo de acumulação, possibilitou o prolongamento desta expansão em condições ideais para o capital. Contraditoriamente, o longo período de pleno emprego que o pacto fordista foi obrigado garantir à classe operária, dotou suas organizações (principalmente os sindicatos) de um potencial capaz de dar forma a um ciclo autônomo de luta de classes em escala internacional.

Esse fator foi vital na erosão das taxas médias de lucros, determinando a inversão desta onda longa de expansão. Nesse sentido, as premissas da crise capitalista dos anos pós 70, muito mais que institucional, como tem sido apontada pelos teóricos da escola de regulação francesa, ela é o resultado do conjunto das contradições e antagonismos inerentes ao próprio modo capitalista de se reproduzir como sistema. Entretanto, a interpretação destes fatos por meio das diferentes abordagens que se credenciaram a este debate tem se encaminhado de um lado, por um viés economicista que reduz a crise capitalista atual ao esgotamento do padrão fordista de produção e, do outro, pelo determinismo tecnológico presente nas análises de Gorz, Kurz e Offe. Estas formulações de modo geral têm contribuído para ocultar a verdadeira dimensão da crise contemporânea. Cabe aqui refletir sobre a necessidade de uma alternativa ao debate economicista vigente, sobretudo, pelo impacto político e ideológico destas teses sobre o sindicalismo combativo. É a esse desafio que nos propomos neste artigo.

A partir de meados dos anos 70, as economias capitalistas avançadas começaram a conviver com uma tendência visível de crise. De acordo com Bihl (1998) esgota-se o regime de acumulação do capital que havia servido de base material para o compromisso fordista e quatro fatores concorreriam decisivamente: a diminuição dos ganhos de produtividade dos Estados Unidos até o Japão; a elevação da composição orgânica do capital (relação entre a massa de trabalho morto e de trabalho vivo que este mobiliza); a saturação da norma social de consumo (automóveis e eletrodomésticos) levando a contração das vendas e o desenvolvimento do trabalho improdutivo (bancos, seguros comercialização etc.) limitando a valorização

* Professora da Universidade Estadual do Maranhão, doutoranda em Ciências Sociais pela PUC/SP e membro do NEILS.

de capitais. É um contexto em que se tornou imperativo ao capital proceder a uma nova reestruturação no âmbito das suas forças produtivas, o que o faz lançar mão de um conjunto de medidas que funcionam como contra tendências ao seu antagonista, o trabalho.

De acordo com Harvey, a profunda recessão que se abateu sobre o mundo capitalista a partir de 1973, “pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. No espaço social criado por todas essas oscilações incertezas, uma série de novas experiências no domínio da produção industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação político e social distinta: acumulação flexível” (Harvey, 1990: 140). A nova dinâmica do capital supõe a completa inversão da lógica que havia predominado durante o fordismo a qual se baseava no planejamento em larga escala, na completa racionalização do processo de trabalho e uma produção organizada nas linhas de montagem.

Com as economias capitalistas centrais mergulhadas na recessão e na mais profunda estagnação, começam a ganhar força as idéias neoliberais. Segundo seu principal representante Friedrich Hayek na conhecida obra *O caminho da servidão* escrita em 1944 “as raízes da crise capitalista estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira geral, no movimento operário, que haviam corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários, e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais”. (Hayek, apud, Anderson, 1995: 11:). De acordo com Anderson (1995), “o remédio, então, a ser aplicado era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper com o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas”. Tratava-se, de promover o saneamento da economia capitalista no sentido de restabelecer a taxa de lucro médio e a retomada do processo de acumulação. Este saneamento implicava: “fazer os trabalhadores pagarem a crise, baixando os salários reais diretos e, reduzindo o financiamento dos elementos socializados do processo de consumo, de forma que ele seja menos oneroso para capital”. (Bihr, 1998: 77).

A partir de então, a resposta do capital à sua crise estrutural terá como bandeira o neoliberalismo na suas mais diversas variantes. Os neoliberais retomam as teses clássicas que apresentam o mercado como o único mecanismo regulador, capaz de coordenar de forma racional as economias capitalistas. Os anos 80 assistiram a uma espécie de triunfo da ideologia neoliberal, que se impôs como um projeto universalizante das classes dominantes, utilizando-se do velho discurso liberal numa situação histórica nova. James Petras (1997), ao analisar os fundamentos do neoliberalismo apresenta as diferenças e similaridade entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo. Segundo ele, no que tange a doutrina, ambos possuem bastante similaridade; defendem a idéia de mercado, a desregulamentação total, a derrubada das barreiras comerciais, a livre circulação de bens, de trabalho e de capital, entretanto, o contexto em que surgem são bastante diferentes. O liberalismo e a sua doutrina do livre comércio combateram as restrições pré-capitalistas, enquanto que o neoliberalismo luta contra o capitalismo sujeito às influências do sindicalismo. Para Boito (1998:23), “articulam-se de modo contraditório, uma ideologia teórica, transplantada da época do capitalismo concorrencial e uma ideologia prática, correspondente à fase do capitalismo dos monopólios, da especulação financeira e do imperialismo”. Esta ofensiva do capital no nível ideológico se associa a uma outra, na produção; novas formas de organização do trabalho, as quais implicaram em profundas alterações na base técnica e organizacional da classe trabalhadora, sobretudo no seu núcleo industrial. Como um fenômeno sócio histórico da era do capital globalizado, a atual reestruturação produtiva redefine a relação capital/trabalho, materializando-se sob a forma de tecnologias de automação programável, associada a um complexo de inovações organizacionais e de técnicas de gerenciamentos no interior do processo produtivo. Esse conjunto de mutações, sob a égide do “modelo japonês” de organização do trabalho, revelou-se para os países capitalistas do ocidente como uma alternativa para o capital variando em função da particularidade própria de cada país.

Essa dupla ofensiva do capital, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva impôs novos desafios às organizações dos trabalhadores, exigindo a renovação das suas estratégias sindicais e políticas. Faz-se necessário um novo salto histórico e consequentemente um novo patamar de lutas, sobretudo no campo ideológico. Com bem afirma Anderson (1995), “economicamente o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais,

embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau, com o qual os seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminado a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas” (Anderson, 1995: 23). Do ponto de vista da produção, a reestruturação produtiva promove um grau ainda maior de fragmentação da classe trabalhadora, cuja conseqüência é o desenvolvimento de posturas sindicais neocorporativas, respaldadas pela idéia de que a luta de classes é coisa do passado e, em sendo o capitalismo o vencedor, só resta às organizações sindicais reformá-lo tornando-o mais sociável e mais humano. Esta perspectiva tem sido incorporada por grande parte de dirigentes sindicais e partidos de base operária. Contudo, é necessário, a uma prática sindical de esquerda combatê-la no plano prático e ideológico.

Sobre o papel dos sindicatos é bastante elucidativa a resolução na qual Marx se dirige aos participantes da I internacional em 1866 em Genebra, “Os sindicatos são escola do socialismo e, sem pressenti-lo tornaram-se eixo da organização da classe proletária, assim como as municipalidades e as paróquias medievais o foram para burguesia. Se os sindicatos são indispensáveis às guerrilhas quotidianas, entre o capital e o trabalho, não o são menos importante como um meio organizado para abolição do próprio sistema do trabalho assalariado”. (Losovsky, 1989: 7). Marx, em 1866, destacava a íntima e profunda imbricação entre o movimento econômico e a atividade política do proletariado, na qual os sindicatos devem constituir-se como verdadeiras alavancas na luta contra o sistema de exploração e do poder político dos seus exploradores. Pode-se afirmar que a Central Única dos Trabalhadores nasceu assumindo claramente esta perspectiva. Construída a partir de uma sólida base real, que foram as greves de 78/80 no ABC Paulista, a sua criação, em 1983 pode ser considerada como um dos traços decisivos da organização da classe trabalhadora brasileira, configurando-se como centro organizador das ações dispersas e atomizadas dos trabalhadores da cidade e do campo. As greves de 78 /80 foram uma ofensiva do trabalho que, no plano imediato, se debatiam contra o arrocho salarial, e, no mediato colocavam em cheque a política de desenvolvimento do Estado brasileiro imposta pelo regime militar. Engels, no seu clássico estudo sobre a formação da classe trabalhadora inglesa, afirma que “as associações de operários não chegam para quebrar o domínio da burguesia. Mas o que dá a estas associações e as greves que elas organizam a sua verdadeira importância é que elas são a primeira tentativa dos operários para abolir a concorrência. Eles partem do justo princípio de que o domínio da burguesia não é fundado senão na concorrência dos operários entre si, quer dizer, na divisão do proletariado até o infinito e na possibilidade de opor as diversas espécies de operários umas às outras. É precisamente porque as associações, se bem que de maneira unilateral e bastante limitada, atacam a concorrência, esse nervo vital da ordem social atual, que constituem um tal perigo para essa ordem social. O operário não poderia encontrar melhor ponto fraco onde ferir a burguesia e com ela o conjunto da ordem existente. Que a concorrência entre os operários seja suprimida, que todos os operários estejam firmemente resolvidos a mais se deixar explorar pela burguesia, e o reino da propriedade chegará ao seu fim”. (Engels, 1985: 248). Em 1905, Lênin também confirmava o poder das greves para produzir pequenas crises no sistema capitalista. Ao atacarem o processo real da produção capitalista, possibilitam ao operário se perceber como produtor e agente desse processo. É possível dizer que, durante a década de 80, a CUT se legitimou por meio das diversas ações grevistas contra a super exploração do trabalho.

O protagonismo da CUT nos anos 80

De 1964, até iniciar o período conhecido como distensão lenta e gradual em 1979, sob o comando dos generais Geisel e Figueiredo, não foram poucos os líderes sindicais cassados presos ou torturados. A consolidação da nova fase de modernização capitalista dependente, sob a hegemonia do grande capital, exigiu uma classe operária passiva, desmobilizada, mas ao mesmo tempo disposta a garantir os altos índices de produtividade para o capital. Para atender às exigências desse modelo de desenvolvimento foram postas em prática um conjunto de mudanças políticas e institucionais. De acordo com Singer (1989), a política salarial e a substituição do sistema de estabilidade FGTS se constituíram nas medidas mais importantes para a transformação das relações de trabalho no pós 64. A partir destas são abolidas, na prática, o direito de greve. Para o autor a política salarial foi utilizada para combater os surtos inflacionários por meio da contenção dos salários. Essas medidas, combinadas com outras de caráter autoritário, provocaram maior subordinação do trabalhador à disciplina da empresa, maior dependência patronal, sindical, previdenciária e, conseqüentemente, menos direito para os trabalhadores. Foi neste contexto que se instaurou uma brutal

repressão às organizações dos trabalhadores, contrárias a esta política. Do ponto de vista do trabalho, era permitida apenas a existência dos sindicatos oficiais que se mantivessem ajustados às regras impostas pelo regime. Assim, foi possível a conformação de uma classe operária disciplinada, que proporcionou um espetacular desenvolvimento das forças produtivas no país.

A fase do “milagre” de 1968 a 1973, movida por intensa exploração da força de trabalho, propiciou ao capital monopolista nacional e internacional altas taxas de crescimento econômico, acentuando a concentração de renda no país. Nesse período, “os agrupamentos de esquerda, isolados politicamente sofreram graves derrotas ao adotarem uma estratégia de confronto militar direto com o aparelho repressivo do Estado” (Almeida, 1997:45). Em 1973, essas taxas de crescimento começaram a desabar, instalando-se uma profunda recessão que se agrava com o aprofundamento da crise capitalista internacional. De acordo com Antunes (1992: 101), “há uma espécie de interconexão, entre a crise no processo de reprodução do capital, que eclodiu no início dos anos 70, e o processo de auto reforma verificado no seio da sociedade política do capital”.

A crise do milagre provoca a recessão e o desemprego. É um contexto em que surgem cisões no interior da coalizão dominante, e o próprio regime se vê obrigado a proceder a sua auto-reforma, revendo mecanismos políticos e institucionais, que não significaram qualquer alteração no regime político. Iniciava-se a chamada transição lenta e gradual configurando uma posição defensiva do regime que não logrou alcançar o êxito esperado. Surgiam novos sujeitos sociais oriundos das classes populares, um deles, os operários metalúrgicos do ABC, que irrompem a cena política, denunciando a intensa exploração do trabalho, traduzida nos baixos salários, jornadas extensivas e ausência de condições de trabalho; fatores que contrastavam com os altos índices de produtividade alcançados, no período, pelo setor industrial, notadamente o setor automotivo.

O movimento operário passou à ofensiva. Em 1974, o I congresso dos metalúrgicos de São Paulo denunciou as altas taxas de lucros obtidas pela indústria automobilística em detrimento do aumento da exploração da força de trabalho.

Cresceram as denúncias da fraude salarial dos 34%, que se transformou no estopim de uma ampla mobilização dos trabalhadores metalúrgicos na luta pela reposição salarial e contra a manipulação dos índices pelo governo e pelo patronato.

Ganharam visibilidade as lutas contra a super exploração no interior das fábricas, expressando grau de rebeldia do trabalho contra o capital. Os trabalhadores do ABC definiam a luta contra a exploração do trabalho como eixo central do movimento grevista, colocando em cheque a política econômica do regime militar. Estes embates foram definindo uma nova pauta sindical que tinha como espaço privilegiado o local de trabalho e ao mesmo tempo expressavam a tendência ofensiva dos operários metalúrgicos contra o regime militar e o seu estado ditatorial. Nesse sentido, os ciclos grevistas, do triênio 78/ 80, foram decisivos na corrosão das bases do regime militar, criando ao mesmo tempo, as condições políticas necessárias para que a classe trabalhadora avançasse rumo à sua primeira conferência nacional. Ressurge com força a velha aspiração do movimento operário: a construção de uma central sindical classista com independência de classe. Segundo Rodrigues (1993), a I Conferência das Classes Trabalhadoras realizou-se numa conjuntura recessiva, em que o peso da crise econômica se expressava nos altos índices de inflação, arrocho salarial e no avanço do desemprego que pesava sobre a classe trabalhadora brasileira. A I CONCLAT (Conferência Nacional das Classes Trabalhadora), em agosto de 1981, significou de um lado, o ponto de convergência das diversas ações isoladas do movimento sindical e, do outro, marcava a clara divisão existente no seio deste movimento. Havia uma polarização radical entre aqueles que defendiam um sindicalismo de perfil classista, organizado pela base e aqueles que se aglutinavam em torno do bloco conciliador, subordinado ao sindicalismo de Estado.

A *CONCLAT* transformou-se num polêmico e ousado evento do movimento sindical, na suas vertentes combativas e *apelegadas* numa clara disputa por hegemonia. Reuniu 1.091 entidades sindicais e contou com a presença ativa de 5.036 delegados de base de todo país distribuídos em diversas categorias: assalariados urbanos, operários fabris, trabalhadores rurais e funcionários públicos. Apesar das divergências políticas e ideológicas que marcaram toda a conferência, foi criada a comissão nacional pró-CUT, cuja tarefa foi preparar o congresso de fundação da Central Única dos Trabalhadores.

Na avaliação de Sílvia Costa (1995), a Conferência contribuiu para explicitar a luta das diversas tendências pela hegemonia do movimento sindical. A formação da comissão nacional pró-CUT expressou

o resultado desta acirrada disputa ideológica, entre a unidade sindical, tendência de caráter reformista, e os sindicalistas articulados em torno da *ANAMPOS* (Articulação Nacional do Movimento Sindical e Popular).

De acordo com Giannotti e Neto (1990), em torno da *ANAMPOS* articularam-se milhares de sindicalistas combativos da cidade e do campo e que se unificaram em torno da proposta de um *novo sindicalismo*, desatrelado do Estado, enraizado na base e transformado numa poderosa arma dos trabalhadores na sua luta contra a exploração.

Em 1983, a própria *ANAMPOS* convoca e realiza em São Bernardo do Campo São Paulo, nos dias 26 27 e 28 de agosto, o I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras. Participaram 5.059 trabalhadores da cidade e do campo, pertencentes a 912 entidades sindicais com seus respectivos dirigentes, bases e oposições sindicais. Mas o que efetivamente norteou o encontro foi a criação da CUT, bem como a aprovação dos seus estatutos e eleição da direção nacional. É importante ressaltar que a *CUT*, desde a sua gênese, agrupa no seu interior diversas correntes e tendências vinculadas ao campo combativo. De um lado, grupos sem qualquer militância anterior, como era o caso dos sindicalistas do ABC, ativistas forjados na luta concreta a partir de 1978. Do outro estavam os sindicalistas vinculados à esquerda tradicional, (socialistas e comunistas) e da esquerda católica ligados à teologia da libertação. É possível dizer, então, que a *CUT* emergiu da confluência dessas duas grandes tendências do movimento sindical brasileiro. O seu congresso de fundação reafirma como princípio do sindicalismo cutista : independência ideológica e organizativa frente ao governo e a burguesia, negação de qualquer pacto social, afirmação de um sindicalismo de ampla mobilização de massas, um sindicalismo livre e classista com uma visão internacionalista e o socialismo como objetivo final . O artigo 02 do seu estatuto a define como: “uma central sindical unitária, classista, que luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política social e econômica (Estatuto da CUT, art. 2, 1983)

O nosso sindicalismo vivenciou, assim, durante a década de 80, um momento particular da sua história, haja vista a dinâmica dos movimentos grevistas que começaram no ABC e se ampliaram rapidamente para o resto do país. De acordo com Almeida e Sanchez (1998) “a importância desta ascensão do movimento sindical e político dos trabalhadores brasileiros, adquire maior relevo quando é levado em consideração que no plano internacional os anos 80 foram marcados pelo declínio dos sindicatos e do partidos políticos, principalmente os de base operária e que, no Brasil, à semelhança do que ocorreu em outros países do continente, a economia entrou em profunda recessão, combinada a altos índices inflacionários”(Almeida e Sanchez, 1999:77). A partir de 1983, no contra fluxo do sindicalismo internacional, ganhavam dimensões nacionais as greves gerais, paralisando diversos setores da indústria e serviços, num protesto contra os sucessivos planos de estabilização que arrojavam continuamente os salários. A greve de 1989, apesar de ter sido uma das mais expressivas, com cerca de 35 milhões de trabalhadores paralisados realizou-se um ano depois do III CONCUT, quando já havia sido introduzido um conjunto de mudanças no interior da CUT. Estas iriam refletir fortemente na sua concepção e prática sindical nos anos 90.

Segundo Rodrigues (1997), o III CONCUT foi o maior congresso em termo de representação, mas também, foi o último congresso de massa da Central Única dos Trabalhadores. As mudanças no estatuto, encaminhadas pela sua corrente hegemônica, a articulação sindical, seriam decisivas na montagem e conformação de uma estratégia sindical que naquele congresso começava ser desenhada. Foram mudanças que alteraram radicalmente a composição dos congressos, bem como a escolha dos delegados, que passa a ter como palco os congressos estaduais.

Essa modificação aumentou significativamente o peso das diretorias, em detrimento das bases e, conseqüentemente, das oposições sindicais, que passam a ser minorias nos fóruns máximos da central. De acordo com Rodrigues (1997: 117), “O III CONCUT representou com as mudanças estatutárias, o começo da transformação de uma concepção movimentista para uma visão mais organizativa da Central Única dos Trabalhadores, o que estava em jogo neste congresso eram duas alternativas para o Sindicalismo – CUT: a primeira, da CUT- movimento; a segunda da CUT organização. Esta venceu. Iniciava-se realmente a implantação da CUT como estrutura verticalizada, administrativa enfim, como uma organização complexa e, nesse sentido, burocrática. É a construção da empresa sindical dotada de racionalidade”. Essa tendência se consolida no IV CONCUT, no bojo de uma conjuntura que no plano internacional é marcada pelos acontecimentos do leste europeu, com a queda do muro de Berlim e a desagregação da união soviética. No

plano interno, a vitória de Fernando Collor marcou o fracasso eleitoral das esquerdas, significando a derrota do campo democrático popular com profundas repercussões no “novo sindicalismo” brasileiro. Esses acontecimentos impulsionaram as tendências políticas e ideológicas que deram a tônica para a inserção do sindicalismo brasileiro na onda regressiva das lutas sociais. Outro fator que reforçou esta tendência internamente foi à emergência da Força Sindical, em 1991, fundada por Luís Antônio Medeiros, interlocutor confiável das classes dominantes e do seu projeto de dominação, agora, sob a égide do neoliberalismo. Estruturada para abrigar o sindicalismo de resultado, a Força Sindical representou a outra face da onda de conservadorismo que fez arrefecer o sindicalismo combativo dos anos 80. De acordo com Borges (1997: 70), “o sindicalismo de resultado adquire destaque como alternativa ao sindicalismo de confronto atribuídos aos sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores” (1997). A autora afirma ainda que o sindicalismo de resultado desempenhou um papel preponderante em favor das mudanças que fundiram o neoliberalismo e a reestruturação produtiva em curso. O neoliberalismo de Collor encontrou nessa vertente ideológica o escopo necessário para a implantação da política de desregulamentação, privatização e flexibilização as quais propiciaram as condições ideais para a disseminação da reestruturação produtiva no país e a conseqüente desestruturação do mercado de trabalho, em relação à sua estrutura anterior.

O conjunto dessas transformações foi determinante na retração da força de trabalho, provocando a desproletarização de amplos setores da força de trabalho industrial, processo que se intensificou no governo de FHC, a partir de 1994. Essa nova realidade atingiu o novo sindicalismo e a sua trajetória de ascenso, marcada pela onda grevista que se disseminou no país. A programática neoliberal impõe um recuo na política de confrontação da Central Única dos Trabalhadores, que passa a desenvolver um sindicalismo propositivo, ajustando-se à política neoliberal pela via dos fóruns tripartites em parceria com o governo e empresariado. Essa estratégia rompe, na prática, com os pressupostos mais caros do I e do II CONCURT, os quais propunham o avanço da luta de classes a partir da articulação das lutas econômicas com os objetivos políticos, tendo como perspectiva o socialismo.

Com o abandono desses pressupostos, a central mais combativa do Brasil entra no circuito regressivo que se evidencia ainda mais com a filiação a CIOLS (Central Sindical Social Democrata) e, a forte adesão a um sindicalismo participacionista e cidadão, que se fortaleceu nos seus últimos congressos e plenárias. Esta nova conformação instaura o que Boito (1993) denomina de defasagem entre a plataforma e a linha ofensiva da CUT. Nos anos 90, estas mudanças consolidam uma nova prática sindical expressiva do afastamento da CUT dos pressupostos que a fizeram emergir no cenário político brasileiro, como porta voz de um ideário que se propunha ir além do capital.

Retomar o projeto histórico de classe: desafios para uma prática sindical de esquerda

Quando nos perguntamos sobre os impactos políticos e ideológicos desse conjunto de transformações sobre o movimento sindical, estamos pensando no setor mais combativo do sindicalismo brasileiro: o *novo sindicalismo* consolidado com a criação da CUT. Inegavelmente este foi o fato político mais importante do movimento sindical na década de 80. Como afirmávamos na primeira parte deste artigo, a Central Única dos Trabalhadores nasceu estabelecendo uma ruptura relativa com o sindicalismo burocrático da era varguista e nesse sentido, realizou um avanço significativo na luta pela autonomia e liberdade sindical em relação ao Estado. No entanto, a batalha contra esta estrutura corporativa que aprisiona e controla o sindicalismo brasileiro ainda possui um longo caminho a percorrer. Diante do contexto atual nos cabe indagar: o que aconteceu com a Central Única dos Trabalhadores nos anos 90? Há como pensar a disputa pela a hegemonia de um movimento alternativo no seu interior e fora dela com possibilidades de articular uma contra-ofensiva ao capital? como pensar o que se intitulou por crise dos sindicatos? As respostas a estes desafios ainda estão por ser construídos e retomados, numa perspectiva nova e compatível com a realidade vivenciada. Sem dúvida, este, é o maior desafio para uma prática sindical de esquerda nesse novo milênio.

Segundo Bühr (1997: 186), é preciso que o movimento operário / sindical defina “os elementos de uma utopia concreta através da renovação dos seus elementos constitutivos. Para o autor, isso implica abandonar antigas fórmulas, e usufruir de uma experiência histórica para melhor responder os desafios do período atual”. O capital possui um movimento frenético e, nesse sentido, cria e recria a sociabilidade capitalista moderna. No *Manifesto Comunista*, em 1848, Marx afirma que, a burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto, todo o

conjunto das relações sociais . O contínuo revolucionamento da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações fixas e cristalizadas pelo tempo são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem (MARX e ENGELS 1988: 69). Nada mais explicativo para os tempos atuais.

Indubitavelmente, o que caracteriza a sociedade capitalista, antes e hoje, é a existência de profundos antagonismos de classes, os quais vem sendo acentuados pela “lógica destrutiva do capital”. Mészáros (1990) gerando a precarização do trabalho, além do gigantesco, aumento do exército industrial de reserva que funciona como contra tendência ao emprego.

Os novos fetiches do capital, sob a forma das ideologias do fim do trabalho, da classe trabalhadora, do fim da história, a crise dos sindicatos etc., garantem o ciclo de reprodução do capital através de um conjunto de reestruturações que colocaram a classe trabalhadora e suas organizações na mais completa defensiva. “A resistência dos trabalhadores a essa ofensiva supõe, hoje, a compreensão desses limites, principalmente a necessidade de superar as determinações econômico-corporativas que o capital lança sobre eles”. (Dias, 1996: 50).

De acordo com Alves (1998), a crise do sindicalismo, amplamente debatida por intelectuais e sindicalistas, possui duas dimensões fundamentais. Por um lado, a sócio institucional, caracterizada pelo declínio das taxas de sindicalização que se expressa na crise de representação de classe base sobre qual se edificou o sindicalismo tradicional corporativo, inspirado no fordismo.

A principal causa desse declínio tem sido atribuída a reestruturação produtiva. Esta tem sido responsável pela eliminação de postos de trabalho e o corte de milhares de empregos. São desafios inteiramente distintos do sindicalismo tradicional. De acordo com Bihl (1998: 12), “não se trata de negar a situação de crise que o conjunto do movimento operário ocidental atravessa hoje. Mas tampouco se trata de ceder a esse pseudo-realismo que somente capitula diante da realidade”.

A segunda dimensão da crise dos sindicatos é político-ideológica, caracterizada pela integração das organizações sindicais à lógica do mercado, buscando garantir o melhor preço da força de trabalho. Marx atribuía maior importância aos sindicatos, quando estes se colocavam como fatores de organização para supressão do próprio sistema do trabalho assalariado e, criticava-os severamente quando se enclausuravam nas estreitas fronteiras do corporativismo.

Considero esta avaliação mais atual do que nunca. Ultrapassar a luta corporativa nesse contexto é assumir esse papel político fundamental que Marx assinala. Nesse sentido, o desafio é discutir os limites da ação sindical face ao processo de reestruturação produtiva em curso. O encanto pelo progresso técnico, visto como algo inexorável tornou o sindicalismo cutista refém das novas tecnologias, acentuando o seu traço defensivo. Por outro lado dificultou a elaboração de estratégias contrárias a este padrão de desenvolvimento capitalista. Ao invés de avançar na construção de uma contra hegemonia, a CUT tem privilegiado a elaboração de propostas de intervenção em parceria com o capital nos diversos fóruns tripartites, como fez na vigência das câmaras setoriais. Constata-se que, sob a mundialização do capital, o corporativismo vem assumindo novas dimensões política, levando os trabalhadores a ver, na concorrência, a única saída possível.

Nesse sentido urge refletir sobre os aspectos políticos-ideológicos da ofensiva do capital sobre a classe trabalhadora e suas instâncias de organização coletiva, em particular os sindicatos. Numa visão apurada sobre a crise do movimento operário, Bihl afirma que, desde que esta crise se tornou oficial, “vive-se se uma contra revolução moderada que levou a uma completa inversão das relações de força que prevalecia no início dos anos 70, quando o capitalismo se debatia com a revolta de uma parte do proletariado composto pela segunda geração do fordismo. A crise capitalista, diz ele, freou aquela dinâmica ascendente da luta de classes impondo uma disciplina através das várias reestruturações do capital expressa no fluxo crescente do desemprego, instabilidade e exclusão social” (Bihl, 1997: 10).

Ao movimento sindical que ofensiva cabe implementar hoje? Que tarefas estão postas, para uma prática sindical de esquerda no contexto da mundialização do capital? Entendemos que mais do que recuperar essa dinâmica ascendente apontada por Bihl, cabe ao movimento sindical retomar o seu projeto histórico, tendo como eixo o proletariado, tal como se apresenta no capitalismo de hoje. Seguramente, não se trata do mesmo proletariado que emergiu da primeira revolução industrial, mas o que resulta, mais

fielmente, das transformações capitalistas dos anos pós 70, cuja face mais perversa é o desemprego e a precarização da força humana que trabalha.

De acordo com Bihr (1998), esse quadro crítico é resultante da instauração de uma “nova ordem produtiva” a partir de três momentos complementares. A fábrica difusa que consiste na inversão da concentração produtiva, inspirada no fordismo com a externalização das funções produtiva e administrativa para fora da fábrica. Vincula-se a esta lógica o trabalhador terceirizado, em tempo parcial, temporário e subcontratado. A fábrica fluída, baseada numa produção sem tempo morto e sem interrupções; trata-se de obter novos ganhos de produtividade, através da otimização e da combinação do espaço e tempo. Finalmente, a fábrica flexível, que supõe uma demanda flutuante mais diversificada e uma organização flexível do trabalho, conjugado a uma mão de obra polivalente e qualificada, onde o trabalhador deve ser capaz de ocupar diferentes postos de trabalho, integrando os objetivos da produtividade e da qualidade. A “nova ordem produtiva” provoca uma completa desestabilização do proletariado fabril, concentrado na grande indústria, particularmente nos países centrais, onde a relação salarial fordista existiu plenamente. Configura-se um quadro onde, “a fragmentação do proletariado é hoje “triumfante em relação a tendência de homogeneização do período fordista, em termo do (status, contratos coletivos, previdência social etc). Através dessa lógica perversa o capital procura desfazer a massificação do proletariado gerada pela contradição do fordismo”(Bihr, 1998: 99).

Marx, em 1866, durante a primeira internacional, assim se referia ao abordar o embate dos sindicatos com o capital: “o capital é poder social concentrado, enquanto que o proletariado dispõe unicamente de sua força de trabalho. O ajuste entre capital e trabalho não pode, pois, apoiar-se em condições legítimas. Sofre da mesma desproporção o próprio sentido de justiça de uma sociedade que coloca a posse dos meios materiais de vida e de produção de um lado e a força produtiva vivente de outro. A única força social do lado do proletariado é a sua massa, mas a força da massa se dissolve quando há desunião. Os sindicatos nascem precisamente do impulso espontâneo dos operários, tendendo eliminar ou pelo menos reduzir a concorrência imposta pelo capital (Losovski, 1989: 6).

Nesse sentido as transformações, atualmente engendradas pelo capitalismo contemporâneo, colocam para o movimento sindical dois importantes desafios: o primeiro é adaptar-se a esta nova realidade do proletariado. O segundo é buscar a unidade da classe proletária desenvolvendo estruturas horizontais que ultrapassem a organização por categorias profissionais. Esse desafio exige uma ruptura radical com os diversos tipos de corporativismos.

A estratégia sindical atualmente desenvolvida pela corrente hegemônica da CUT tem sido incapaz de combinar uma ação político sindical com uma perspectiva anticapitalista, que articule os interesses históricos da classe trabalhadora com as preocupações complexas e heterogêneas desse novo proletariado. Entretanto a dinâmica contraditória existente, hoje, no seu interior impulsiona uma acirrada disputa por hegemonia. Nesse sentido é possível visualizar uma luz no fim do túnel, haja vista que os setores claramente identificados com o socialismo buscam articular uma perspectiva confrontacionista, a exemplo dos movimentos de esquerda em vários países capitalistas. As greves e manifestações que vão dos EUA à Coréia do Sul, da França ao México expressam essa tendência e, sinalizam um mundo em profunda convulsão, no qual os trabalhadores e oprimidos resistem às investidas da reestruturação capitalista, respondendo ofensivamente.

Eis uma realidade que exige um movimento sindical disposto a “explorar as suas vias de renovação” (Bihr, 1998), capaz de articular estratégias e táticas que tenham por base a realidade que atualmente se confronta. Para a CUT, isso deve implicar na retomada do seu projeto histórico tal como foi definido no congresso de fundação, adaptando-o às condições atuais da luta de classes no Brasil. Esse projeto deve se basear na maneira como os trabalhadores estão percebendo a realidade e considerando a correlação de forças que é, hoje, amplamente desfavorável ao proletariado.

Esses desafios são grandiosos e impõe à CUT uma prática sindical que se proponha a dar respostas às questões imediatas e ao mesmo tempo seja capaz de trabalhar os desafios de longo prazo, como empenhar-se na construção de um novo internacionalismo, cujo horizonte seja a construção de uma sociedade fundada em valores claramente socialistas.

Bibliografia

- ALMEIDA, Lúcio e SANCHEZ, Félix.(1998). “Um grão menos amargo das ironias da história: O MST e as lutas sociais contra o neoliberalismo” .*Lutas Sociais* 5. .
- ALMEIDA, Lúcio. (1997). “De JK a FHC: Apontamentos para a análise das Lutas Sociais no Brasil Contemporâneo”. In: RAMPINELLI, Waldir e OURIQUES, Nildo. (orgs.) *No Fio da Navalha :críticas das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã.
- ALVES, Giovanni. (1996). *Nova Ofensiva do Capital, Crise do Sindicalismo e as perspectivas dos anos 90*”. In: *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva . As novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez
- _____. (1998). *Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo Brasil*. Tese de Doutorado IFHC/Unicamp.
- ANDERSON, Perry. 1995). “Balanço do Neoliberalismo”. In: SADER, Emir e GENTILLE, Pablo (orgs). *Pós-Neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ANDRÉA, Galvão. (1996). *Participação e Fragmentação: A prática Sindical dos Metalúrgicos do ABC nos anos 90*. Dissertação de Mestrado IFHC/Unicamp.
- ANTUNES, Ricardo. 1995). *Adeus ao Trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez.
- _____. (1992). *A Rebelião do Trabalho. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/ 1980*. São Paulo: Campinas.
- _____. (1995) *O novo Sindicalismo no Brasil*. Campinas: Pontes.
- _____. (1998): “Lutas Socais e Desenho Societal Socialista no Brasil dos anos 90”. *Crítica Marxista* 7.
- BIHR, Alain. (1998). *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Xamã.
- BOITO, Jr. Armando. (1999). *A política Neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo:Xamã.
- _____. (1991). *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise da estrutura sindical*. São Paulo: Hucitec.
- BORGES, Célia.(1997). *Reestruturação Produtiva e Lutas de Classes: Impactos Político- Ideológico da Difusão do Modelo Japonês no Brasil*. Dissertação de Mestrado. PUC/ São Paulo.
- _____. (1996). “A atual reestruturação Produtiva e a crise econômica Global”. *Lutas Sociais* 1.
- BRAGA, Ruy. (1996). *Restauração do Capital. Um estudo sobre a crise do Capital*. São Paulo: Xamã.
- COSTA, Sílvio. 1995). *Tendências e Centrais Sindicais. O movimento sindical Brasileiro de 1978 a 1994*. Goiânia: Anita Garibaldi.
- DIAS, Edmundo F. (1995).*Capital e Trabalho a nova Dominação*. São Paulo: Campina.
- ENGELS, F. (1985). *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global.
- GIANNOTTI, Vito. (1994). *Medeiros visto de perto*. São Paulo: Brasil Urgente.
- GIANNOTTI, Vito e NETO, Sebastião. (1990). *A CUT, ontem e Hoje*, Petrópolis: Vozes.
- HARVEY, David.(1993). *A condição pós Moderna* .São Paulo: Loyola.
- HAYEK, F. (1950). *Camino de Servidumbre*. Madrid: Alianza Editorial.
- JAMES, Petras.(1997). Os fundamentos do neoliberalismo. In: RAMPINELLI, Waldir e OURIQUES, Nildo. (orgs.) *No Fio da Navalha: críticas das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã.
- LOSOVSKY, D. (1989). *Marx e os Sindicatos*. São Paulo: Anita Garibaldi.
- MARX e ENGELS. (1998). *O Manifesto do Partido Comunista* .São Paulo: Vozes
- MÉSZÁROS, István. (1989). *Produção Destrutiva e estado Capitalista*. São Paulo: Ensaio.

MANDEL, E. (1990). *A Crise do Capital*. São Paulo: Ensaio.

ROGRIGUES, Jácome. (1997). *Sindicalismo e Política. A trajetória da CUT* São Paulo: Scritta.

SINGER, Paul.(1989). *A Crise do Milagre*. São Paulo: Paz e Terra

WERNECK, L. V. (1989). *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra

OUTRAS FONTES

Resoluções do II congresso da CUT, 1986.

Resoluções do III Congresso da CUT, 1988.

Resoluções do IV Congresso da CUT, 1991.